



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 79

Sessão Ordinária de Setembro

2.ª Reunião de 06-10-2004

Aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário, pelo Vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, João Pires da Rosa, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel Santos Salavessa, Élio Manuel Delgado da Maia e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Raúl Ventura Martins, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, Fernando Vieira Ferreira, António Santos Costa e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira e Joaquim Manuel Silva Marques.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Nuno Rosa da Silva Barata (que apresentou escusa) e Custódio das Neves Lopes Ramos, pelos sucedâneos António Fernando Ribeiro Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes e João Pires da Rosa, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, se fez substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

*“Na reunião anterior estivemos no Período de Antes da Ordem do Dia, com algumas particularidades especiais e os deputados que quiseram fazê-lo intervieram. Depois já mesmo no fim da reunião o Presidente da Câmara respondeu, esclareceu, fez os aditamentos que entendeu. Depois levantei a Sessão e penso que já não será oportuno, mas não quero deixar de o fazer: - ainda há alguém que em termos de Período de Antes da Ordem do Dia, depois das explicações que o Senhor Presidente da Câmara deu, queira pedir mais qualquer coisa ou esclarecer mais qualquer coisa?
Quem quiser, faça o favor, estamos a terminar o Período de Antes da Ordem do Dia.”*

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Câmara, no seguimento das suas palavras relativas à minha última intervenção nesta Assembleia Municipal, palavras essas que considero serem não só um ataque pessoal, mas sobretudo numa tentativa de humilhação e uma falta de respeito para com o representante eleito pela população de S.^{ta} Joana, cumpre-me dizer-lhe em primeiro lugar o seguinte:

1.º - Enquanto for presidente da freguesia de S.^{ta} Joana nunca terei vergonha de defender os interesses da comunidade. Foi o que fiz na última sessão desta Assembleia, convicto, tal como hoje, que se alguém tem de ter vergonha são aqueles que nos órgãos de gestão e administração local falam por meias verdades e omitem as verdades inteiras. Será que em democracia, não se reconhece legitimidade a um presidente de junta para exigir contas a um presidente de câmara que promete e não cumpre?

2.º - Defendo os interesses de S.^{ta} Joana há dezanove anos e continuarei a fazê-lo doa a quem doer seja empreiteiro ou presidente de câmara. Tal como V. Exa. reclama do governo o que lhe é devido, e ainda bem que o faz a bem do município, eu continuarei a fazê-lo a V. Exa. e à Câmara Municipal que preside enquanto entidade que directamente articula a governação com as juntas de freguesia. Fá-lo-ei sempre nos lugares próprios e de uma forma correcta não necessitando de me descontrolar e descer o nível da intervenção como Vossa Exa. o fez na passada sessão desta Assembleia Municipal. O exaltar-se, o levantar da voz e o recurso ao insulto só é próprio de quem busca a razão sem argumentos válidos. Enquanto presidente de um município penso que V. Exa. deverá rever a forma com se dirige a outro representante eleito desta assembleia.

3.º - Quanto ao estilo da minha intervenção, que V. Exa. disse não o ter surpreendido por ter sido, e passo a citar “de má-língua, de imprecisões, de falta de rigor, de omissões e de insultos” quer-me parecer que o Sr. Presidente estava a fazer alguma futurologia adivinhando a forma com me iria tratar a seguir. Infelizmente Sr. Presidente, também não é para mim nem para a maioria desta Assembleia Municipal surpresa, a falta de capacidade que V. Exa. tem em aceitar opiniões contrárias à sua, ainda que bem fundamentadas e documentadas, e a extraordinária habilidade que possui, digna de verdadeiros actos circenses, em moldar os factos à sua imagem para que estes apareçam deturpados perante a opinião pública mas tendo sempre o seu ponto de vista como correcto.

Quanto à Avenida de S.^{ta} Joana, não lhe permito que me acuse de manipular e explorar a boa fé das pessoas quando elas próprias se fizeram representar nesta Assembleia e manifestaram as suas preocupações e falta de confiança na palavra de V. Exa.

Ainda para mais não é o Sr. Presidente que afirma que este assunto foi muito discutido!? Então as pessoas tomam as suas decisões por iniciativa própria e por verem, tal como a

Junta de Freguesia, que as reuniões tidas não passaram de actos de propaganda do diálogo, que V. Exa. agora tão bem utiliza, uma vez que sempre prevaleceu a sua opinião. Afinal de contas quem é que faz pequena política com esta situação brincando simultaneamente com as preocupações e com as esperanças das pessoas afectadas por esta obra!?

Disse ainda o Sr. Presidente que não me ficava bem gabar-me do facto de ser presidente de junta há dezanove anos sendo esta, e passo novamente a citar, “a pior freguesia do concelho em termos de ordenamento”. De acordo com a Lei 5-A/2002, artigo 64, ponto 2, alíneas a) e b), pergunto-lhe apenas o seguinte:

- Quantas vezes é que as Juntas de Freguesia são ouvidas em questões de planeamento? – Raramente!

- E quando o são, quantas vezes é que os planeadores se mostram receptivos às nossas sugestões? – Raramente!

Então afinal de quem é a responsabilidade em matéria de planeamento se não única e exclusivamente da Câmara Municipal e nestes últimos sete anos do Sr. Presidente Alberto Souto?

E não nos venha dizer que será a avenida a estruturar essa confusão. Se quer pensar em disciplinar o trânsito em S.^{ta} Joana então a prioridade será a conclusão do Eixo Estruturante. Esta sim é uma obra prioritária como V. Exa. afirmou há sete anos e cuja conclusão foi compromisso seu no 1.º mandato mas que, como tantas outras obras, não passou de promessa.

Quanto à unidade de saúde de S.^{ta} Joana o Sr. Presidente pareceu-me muito incomodado pelo facto de a Junta de Freguesia ter sido a única interessada em acompanhar o processo. Se a Câmara Municipal também o tivesse feito se calhar hoje a obra não estaria parada. Esta é mais uma prova do desprezo a que V. Exa. condenou a população de S.^{ta} Joana.

Quando V. Exa. insinua que terão sido as conversas em excesso que terão feito parar a obra, faz uma vez mais uma manobra de diversão tentando sacudir a água do capote. O acompanhamento que as Juntas de Freguesia fazem de todas as obras, é feito com a legitimidade de quem representa o povo, de quem trabalha pelo seu maior bem-estar, e sobretudo de quem procura evitar o cometimento de erros, que surgem devido às incapacidades e incompetências do Município, e dos quais a população é a única prejudicada.

E mais Sr. Presidente. Não somos nós que dizemos que a CMA é a única responsável pela paragem da obra. São as cartas, os ofícios e os faxes do empreiteiro enviadas a V. Exa. que o confirmam: caso não tenha conhecimento delas teremos todo o gosto em lhas mostrar.

O Sr. Presidente afirmou ainda achar estranho o empreiteiro abandonar a obra estando esta paga. Deixe-me esclarecê-lo uma vez mais que o que motivou o abandono da obra foi, e passo a citar o que o empreiteiro afirmou, “a falta de confiança na palavra e na assinatura do Sr. Presidente da CMA ainda que sobre ela seja colocado o selo branco do município”.

Se todos estes procedimentos são normais em quem demonstra interesse por uma obra, mais uma vez se confirma que a forma de V. Exa. gerir as prioridades deste município não servem a população de S.^{ta} Joana e defraudam todos quantos o elegeram e em si confiaram. É em questões fulcrais do desenvolvimento que se vê de que a matéria os governantes são feitos. Quando se esgotam as formas diplomáticas de conseguir o que nos é devido, quando a resposta às questões é sempre o silêncio e o desprezo, só nos resta a população das injustiças que lhes são cometidas e apelar à opinião pública para que na devida altura julguem as acções destes governantes.”

Vogal Teresa Fidélis (PS)

(Entraram na sala os Vogais Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Em primeiro lugar, para responder à Dr.ª Teresa Fidélis, que as Pirâmides realmente foram recolhidas pelos nossos Serviços. Não estão perdidas e estão guardadas e serão colocadas oportunamente.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de S.^{ta} Joana eu penso que já foi tudo dito na última reunião. A sua intervenção foi um pouco repetir aquilo que tinha vindo cá dizer — desta vez insultou menos.

Eu só gostava de recordar, porque o Senhor Presidente da Junta não pode ofender primeiro e ser insultuoso e depois vestir a pele do cordeiro como se estivesse inocente. Eu defendi a honra, repus a verdade, o rigor, e tentei esclarecer a Assembleia Municipal — e foi isso que aconteceu. A sua intervenção foi escrita, foi premeditada (não vou dizer uma deselegância porque objectivamente foi mais do que isso), todos nós ouvimos, está registado, e eu reagi oralmente em defesa da honra. E recordando o processo quer da Avenida quer da Unidade de Saúde de S.^{ta} Joana, portanto, julgo que não é necessário estar a repetir os argumentos com a excepção de rebater um extraordinário. Na outra vez até me esqueci de o rebater e já que tornou a repetir hoje, que é: “a Câmara devia ter o Eixo Estruturante feito”. O Senhor Presidente da Junta sabe, tem obrigação de saber, e está farto de saber, mas di-lo publicamente para deixar no ar a ideia de que a responsabilidade é da Câmara. Todos sabemos que o Eixo Estruturante a ligação a Aveiro/Águeda, é uma promessa do governo que está por cumprir de facto há 4 ou 5 anos. Que a Câmara de Águeda e a Câmara de Aveiro tem vindo a solicitar a todos os membros do Governo e agora o Senhor Presidente da Junta de S.^{ta} Joana lembrou-se de pôr a responsabilidade na Câmara Municipal!? E portanto, eu lamento mais essa imprecisão que deve ser para impressionar alguém, mas julgo que não impressiona ninguém nesta sala. Certamente que nós temos muito que fazer em S.^{ta} Joana; certamente que gostaríamos de ter a Unidade de Saúde já pronta. Já sublinhei aqui todo o processo: deve se a única empresa no país com todas as facturas pagas e que abandona uma obra sem que se compreenda porquê — e continua a ser difícil contactá-la. A Câmara correu riscos neste processo, decidiu adjudicar a obra acima dos 25% porque estava em causa o interesse público de termos a Unidade de Saúde com urgência na freguesia a funcionar — e por causa disso tivemos que fazer segundo concurso público. E agora acontece-nos isto numa obra que tem os pagamentos em dia e que tinha o financiamento garantido. Portanto eu não consigo entender o que se passou. O que eu critiquei e que torno a criticar Senhor Presidente de Junta, é que uma coisa é defender os interesses das nossas autarquias (e espero que todos o saibamos fazer com educação, com respeito, dignidade, com verdade), e outra coisa é ultrapassarmos aquilo que é nossa legitimidade, imiscuirmos competências que não são as nossas — que foi o que o Senhor Presidente da Junta fez ao promover visitas à obra sem dar uma palavra de cortesia que fosse à Câmara (a Câmara é a dona da obra) ao falar directamente com o empreiteiro sem estar mandatado para tal. E eu continuo sem perceber porque é que a obra parou!? O Senhor Presidente da Junta tem informações privilegiadas que nós não temos porque contacta directamente com o

empreiteiro e ele não fala connosco. Tudo é possível de se pensar depois da intervenção que o Senhor Presidente da Junta aqui proferiu.

O processo da Avenida. Vejo que está aqui gente de S.^{ta} Joana que tem curiosidade em seguir este processo. Eu disse e repito, não há que eu me recorde na história do município talvez nenhum projecto de avenida que tenha sido tão participado, tão discutido, como este foi. Agora, a Câmara não abdica das suas responsabilidades. E julgo que as populações, todos nós, moradores, residentes, nos nossos meios temos que defender os nossos interesses, expor os nossos pontos de vistas, as nossas perspectivas, e temos também de ter alguma humildade cívica. Temos direitos cívicos para expressar, temos que ter também alguma humildade cívica. Nem sempre as nossas opiniões são as melhores e esta Câmara não abdica de defender aquilo que considera tudo visto e ponderado, tendo ouvido até à exaustão técnicos, políticos, população, não abdica de pugnar por aquilo que considera ser melhor para o município. Esta avenida não é apenas importante para a freguesia; é uma avenida que é estruturante para o município e em relação à qual todas as reflexões foram feitas.

Não podemos agradar a todos? Evidentemente que não! Haverá sempre pessoas que serão contra. Houve muita gente contra a abertura da Avenida Lourenço Peixinho, houve muita gente contra; há sempre pessoas que são contra algumas obras e que depois vêm reconhecer o mérito e a importância delas. Não temos essa ambição de agradar a toda a gente. Temos é a inclinável responsabilidade de defender os interesses do município, o melhor que sabemos.

E foi isso que aconteceu no processo da Avenida. E o que eu lamento é que uma oportunidade fantástica que nós temos de rasgar uma avenida com mais de um quilómetro de extensão, que consegue avançar oitocentos metros sem demolir nenhuma casa, consegue ligar ao largo da igreja com a demolição de duas casas e que com uma oportunidade destas, em vez de estar a ser compreendida e ajudada pelo Senhor Presidente da Junta, no sentido de que as pessoas que vêem as suas casas afectadas, possam perceber que vão ter tempo para reorganizar a sua vida com serenidade e com tranquilidade, pelo contrário se esteja a explorar a situação de angústia, de preocupação, que é natural que essas pessoas sintam. Para efeitos, torno a dizê-lo, de pequena política. Acho isso... e meu caro Vítor Martins, limitei-me a defender a honra. A sua intervenção hoje tornou a ser infeliz. Andou ali ao lado outra vez do insulto, mas eu estava distraído ou compreendi mal, vou fazer de conta que não tornou a acontecer porque quero continuar a respeitá-lo — e acho que é assim que deve ser o debate autárquico. Nós devemos assumir as nossas diferenças de pontos de vista, do planeamento também, e convém que se saiba porque tornou a dizer outra grande meia verdade, que foi aquilo que (para utilizar a sua expressão) os senhores presidentes de junta (e estão aqui vários), são ouvidos frequentemente em matérias de planeamento. E o último exemplo que temos é a elaboração do Plano de Urbanização em que foram efectuadas dezenas de reuniões com os senhores presidentes de junta em matéria de planeamento. Portanto não diga assim sem mais, porque não é verdade, que os presidentes de junta não são ouvidos em matéria de planeamento. E neste caso também da Avenida acompanhou do princípio até agora todo este processo.

Senhor Presidente, eu não queria dizer mais nada. Eu espero daqui a uns tempos quando a avenida estiver pronta que todos nós possamos perceber que estes momentos são importantes, ajudam-nos a construir a comunidade. A perceber que um debate mesmo quando as opiniões não são bem fundamentadas ou discordamos delas, não tem que se degradar eticamente — e espero que o futuro dê razão a este Executivo que votou esta Avenida por unanimidade se bem me recordo, o que obviamente me conforta. Isto não é nenhuma obstinação pessoal minha, foi visto por todos os técnicos, por todo o Executivo,

espero que daqui a uns tempos uma vez a avenida concretizada, todos possamos recordar as coisas boas deste debate e esquecer os momentos maus que ele também já registou.”

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria começar por dizer de forma serena, como sempre costumo fazer, que no meu entendimento e no entendimento da bancada do PSD, a vida em sociedade não é um jogo de soma nula (não é forçosamente), onde qualquer pacto ou iniciativa conjunta não faz sentido, considerando que o que uma parte ganha é aquilo que a outra perde. Recuso este caminho, recuso esta interpretação. E na minha postura enquanto Presidente da Junta e membro desta bancada, sempre tive uma preocupação de ser um entre iguais. Infelizmente assim não é.

Eu quero dizer que o Senhor Presidente da Câmara foi hoje muito mais cordato, também, nas suas palavras. Muito mais sereno do que foi há dias. Porque o Senhor Presidente da Câmara foi ofensivo da dignidade do Presidente da Junta de S.^{ta} Joana e da população respectiva. Poderia ter reagido – é um direito legítimo, hoje que está tão em voga a questão do contraditório, hoje que é a pedra toque o contraditório — obviamente que tem que haver o contraditório. E eu não posso aceitar que um Presidente de Junta seja acusado de erros de planeamento – eu senti-me ofendido também. Senhor Presidente da Assembleia, não posso aceitar que seja acusado de erros de planeamento, quando sabemos que a competência a responsabilidade do planeamento é do município de Aveiro e dos municípios do nosso país.

Quanto à audição dos Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Assembleia, ela ocorre em teoria e na prática, mas aquilo que nós dizemos (sabendo nós tão bem como sabemos), aquilo que nós dizemos, é sistematicamente considerado como eu disse soma nula. E pela parte que me toca eu recuso.

E temos o exemplo de há dias, a inauguração do troço do IC 1 ou da A 17 como lhe chamam. Há cinco anos quando eu vi a primeira versão do projecto constatei duas situações: uma, as vias de saída (dos nós), nomeadamente do nó da Moita; outra a escavação que ia ser provocada na zona, provocando uma queda brutal dos níveis freáticos. Desde logo escrevi (estão aqui as pessoas que sabem disso), que assumi a preocupação com essa matéria. Posso-lhe dizer que, reconhecendo aqui que o Vereador Eduardo Feio acompanhou esta minha preocupação do ponto de vista do nível freático causado pela estrada, já outro tanto não foi ao nível do planeamento! Porque eu logo vi que ia acontecer o que está a acontecer. E eu quero hoje e aqui agora demarcar-me da imagem que está a ter a Câmara de Aveiro, o IEP, junto da população que circula naquela via e que sai no nó da Moita. O Presidente da Junta de Oliveirinha nada tem a ver e não quer ficar naquela fotografia.

Somos considerados os “bacocos” do planeamento e eu não quero ficar nessa fotografia. Porque há cinco anos que eu apresentei e fiz os meus alertas em sede de revisão e em sede de produção do plano de urbanização de Aveiro — eu apresentei aquilo que entendíamos ser a visão da Junta de Freguesia de Oliveirinha nesta matéria; não foi considerado!?

Portanto Senhor Presidente gostaria que de futuro, o município e a Câmara, e o seu Presidente da Câmara, pudesse acautelar mais as questões do planeamento. E pese o facto de nós por via da regra não sermos especialistas em planeamento, mas pela parte que nos toca, sentimos profundamente as nossas realidades, e em especial pela parte que me toca, tenho particular apetência por falar de questões de planeamento e de ver ao longe as consequências de determinadas mudanças — e é preciso trabalhá-las atempadamente. E isso não tem acontecido porque os gabinetes de planeamento e os políticos que governam a

Câmara de Aveiro ao longo destes anos todos, têm ligado muito pouco aquilo que são as opiniões das Juntas de Freguesia.

A preocupação com as obras Senhor Presidente, é uma constante destes autarcas. Destes escravos da democracia portuguesa que são os presidentes de junta. Somos os escravos. Somos os verdadeiros servidores — fazemo-lo com gosto, com prazer, fomos eleitos, quisemos sê-lo. Dedicamo-nos de alma e coração e muitas vezes nós cobrimos as insuficiências dos municípios e as incapacidades de toda a ordem e os desperdícios de toda a ordem, quando nós estamos a ver que muitas obras resolver-se-iam com muito menos recursos se fossem geridos pelas juntas de freguesia. Mas isso é outra matéria.”

Presidente da Mesa

“O Senhor Deputado falou no princípio do contraditório. Já agora que estamos a falar em escravos e serviçais — eu sou um escravo do princípio do contraditório. Foi aqui plenamente respeitado. Houve uma intervenção, uma contestação, uma réplica e uma tréplica — absolutamente respeitado o princípio do contraditório.

Vai ser agora outra vez respeitado porque eu vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara como não podia deixar de ser.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu aprecio muito as intervenções do Senhor Armando Vieira e não estranhei, nem esperava outra coisa, conhecendo-o, que saísse em defesa da solidariedade com os Presidentes de Junta seus colegas e em defesa da bancada.

Mas eu gostava Senhor Armando Vieira, se tivesse saído em defesa também da fidelidade de um conjunto de princípios que esta casa deve respeitar. E as coisas não são neutras. Não fui eu que ofendi a dignidade do Senhor Presidente da Junta. Ou dito de outra forma, se eu ofendi a dignidade do Senhor Presidente da Junta, eu gostava que o Senhor Armando Vieira me dissesse como é que qualifica as palavras por escrito que o Senhor Presidente da Junta previamente me dirigiu? O que eu fiz foi defender a honra e repor um conjunto de informações que tinham sido apresentadas de forma desvirtuada.

E portanto, Senhor Armando Vieira, nós devemos solidariedade quando ela é devida. Certamente ao trabalho, à dedicação, ao empenho dos Presidentes de Junta na sua função de facto de verdadeira sacrificados e escravos da democracia (como lhe chamou); não devemos solidariedade e fazer de conta que as coisas não aconteceram, como aconteceram — e aconteceram de forma grave! A intervenção do Senhor Presidente da junta de S.^{ta} Joana está escrita, teve tempo para a pensar, foi maldosa, mal intencionada, e eu defendi a honra como tinha que defender e fá-lo-ei sempre e espero ter que o fazer poucas vezes nesta câmara.

Quanto ao Eixo Estruturante, certamente que teremos oportunidade de falar dele mais tarde. Mas já aqui o lembrou, o Senhor Presidente da Junta acompanhou bem todo este processo, o Vereador Eduardo Feio, como referiu, acompanhou também muitíssimo bem e ainda bem que lembrou o nó da Moita, porque é justamente a falta da ligação Aveiro/Águeda, na nossa linguagem local, a falta do Eixo Estruturante (responsabilidade do Governo), que faz com que essa saída do IC 1 vá desembocar em condições que não são de todo as melhores.

E portanto, dito isto, todos nós temos alguns erros de planeamento, mas não foi este o caso. Previmos, está previsto, está planeado tudo como deve ser, não está é feita e essa é uma responsabilidade que eu registo com agrado — que os Senhores Deputados do PSD em defesa dos interesses de Aveiro, juntem a sua à nossa voz, no sentido de reivindicar junto no Governo a rápida execução da obra.”

(Entrou na sala o Vogal Vítor Manuel Santos Marques)

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostava de saber quais os governos que não fizeram até agora o Eixo Estruturante. Quais ou qual e desde quando?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu acho que a questão é obviamente de retórica. Pois se ele não está feito nenhum o fez. E eu não quero com isto ilibar de responsabilidades nenhum governo anterior. Sendo certo que esta ligação Aveiro/Águeda vem do tempo do Fontes Pereira de Melo e eu não me canso de o lembrar ao novo Secretário de Estado — Portanto, desde aí estão todos em falta.

Agora que é verdade que o Senhor Ministro Marques Mendes, acerca de dois anos e meio, o prometeu publicamente e nos continuam a dizer que estão no estudo prévio quando a Câmara de Aveiro já tinha um ante-projecto pronto, isso é verdade. Agora é evidente que esta é uma causa que nos devia unir a todos e não servir para estas divergências.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, em nome do PSD, quero saudar o Eng.º José Sócrates pela sua eleição e confirmação como líder do Partido Socialista, e toda a sua equipa, desejando-lhe as maiores felicidades na actuação política do país, no desempenho das suas novas funções. Porque o país está num momento particularmente difícil e eu acho – é meu entendimento, que as forças políticas mais importantes, todas em geral, devem envolver-se à volta daquilo que são os objectivos comuns para o nosso país. E aproveito para lembrar o elevadíssimo nível do discurso do Senhor Presidente da República de ontem mesmo, na Câmara Municipal de Lisboa, que vai nesse sentido. Chamando-nos a todos nós para a atenção para os problemas que verdadeiramente dizem respeito. Foi um discurso a meu ver, de grande qualidade. Um discurso intemporal que peca apenas por tardio porque a sociedade portuguesa há muito o precisava de ouvir.

Portanto, as maiores felicidades ao Partido Socialista e aos seus novos dirigentes para bem da democracia portuguesa e do país.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Pedia a palavra para fazer um protesto à Mesa. Exactamente por ter aberto o período de inscrições para o ponto da ordem de trabalhos seguinte, sem entretanto me ter esclarecido por que razão deu a palavra duas vezes ao Deputado Armando Vieira. Não obstante eu não ter estado presente na primeira reunião desta sessão, eu tinha pedido a palavra e não sendo utilizada a palavra pelos oradores anteriores no direito de qualquer réplica. Eu pedi a palavra não tendo o direito de dizer a razão pela qual a pedia ela foi-me inteiramente rejeitada e passado ao assunto seguinte. E por isso, eu pretendia apenas saber - não é para brilhar, nunca foi, ao longo de dez anos de exercício destas funções - pretendia saber porque razão me foi negada a palavra a mim e não a outros deputados que se reinscreveram em razão que não tinha nada a ver com intervenções deles na reunião anterior?”

Presidente da Mesa

“Terei muito gosto em a esclarecer. Aparentemente tem razão, mas realmente não tem, pelo seguinte: quer o Presidente Vítor Martins, quer o Deputado e Presidente Armando Vieira, tinham usado da palavra na outra reunião — e o deputado Granjeira também. Daí que tendo na outra reunião terminado com a intervenção do Dr. Alberto Souto, era possível que tivessem esclarecimentos ou protestos ou manifestos a fazer — o que fizeram.

E não lhe dei a palavra a si porque não tinha intervindo na última reunião. Fora disso, no uso da palavra, o Deputado Armando Vieira não replicou propriamente em termos de Período de Antes da Ordem do Dia, mas apresentou aquilo que me pareceu ser um protesto e por aquilo que disse ao princípio pareceu-me ser um protesto não só individual, mas em representação do grupo parlamentar que integra. Daí que lhe tenha dado a palavra.

Agora, no uso da palavra para o fim próprio, as pessoas exorbitam e aproveitam para extrapolar e aproveitam para dizer mais qualquer coisa lateralmente; bem, isso é complicado... é uma tendência parlamentar nacional, não só deste plenário mas geral — e é mais prático e cómodo deixar seguir o discurso do que estar continuamente a interromper — a experiência é nesse sentido. Não se sinta preterida ou menosprezada porque primeiro não foi essa a intenção (não poderia ser nunca); segundo porque objectivamente não tem razão — penso eu! Mas penso que o assunto não merece prolongar-se na medida em que penso que já está inscrita para a Comunicação Escrita do Presidente da Câmara e tudo o que tiver a dizer é uma “sopa de pedra” e terá oportunidade para explicar-se.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Pedia a palavra para defesa da honra. Não é uma “sopa de pedra” a minha tentativa de ter direito à palavra — salvo o devido respeito! Aliás, eu teria muito mais direito a um pedido de explicações ou para um protesto conforme fiz sinal à Mesa. E portanto não é para nenhuma “sopa de pedra”, e salvo o devido respeito também, em todas as circunstâncias o Senhor Presidente tem conduzido esta Mesa sempre com uma determinada filosofia.

Se eu pedi a palavra em determinado período (e conheço de cor e salteado o Regimento), pedi no absoluto cumprimento deste. E portanto, não posso nem devo concordar que ela me tenha sido dada, sobretudo com a explicação que me acabou de me dar. Não era para brilhar certamente porque eu nunca fui brilhante (se alguém mo entendeu como tal, eu agradeço), mas assim nunca me entendi como tal. Limitei-me a pedir a palavra para a utilizar nos termos próprios e nos termos regimentais – não pude. Isso é um facto! E entretanto vi outros deputados municipais, dois em concreto, não me refiro ao Senhor Presidente da Junta que estava no exercício exacto do regimento, mas aos senhores deputados que se lhe seguiram, que já não estavam - e salvo o devido respeito, a última intervenção do Senhor Deputado Armando Vieira - com todo o respeito por ele (e ele sabe que o tenho e é muitíssimo) sabe que não estou a pô-lo em causa a ele neste momento nem por um segundo, pedi a palavra, foi-lhe dada para falar do que entendeu regimentalmente e mais tarde para uma saudação. E daí, que eu tenha que protestar porque para mim não foi dada. Nem para aquilo que eu pretendia, nem depois para uma qualquer saudação que eu pretendesse fazer, nem que fosse no caso eventualmente a qualquer pessoa que tivesse feito intervenções anteriores dentro desta sessão.

Eu não posso deixar de protestar o comportamento da Mesa em relação à minha pessoa – aliás já não é a primeira vez. Não teve sentido, não faz sentido, eu não me inscrevo para brilhar, nunca o fiz. E se o povo de Aveiro assim o entendeu por vezes (eu sei que assim o entendeu), fê-lo para me dar alegria de alma e para fazer com que eu ainda hoje resista a estar aqui ao fim de dez anos — apesar de às vezes esta Mesa ser presidida da maneira que é.”

Presidente da Mesa

“Afinal não foi para defender a honra, foi para um segundo protesto!?! Devo dizer-lhe já agora (isto nunca mais acaba), isto é um bom exemplo do que é o mau parlamentarismo.

Já agora, devo dizer e repetir que dei a palavra a quem a tinha usado na outra reunião para uma réplica. Ao Presidente da Junta de S.^{ta} Joana e depois dei a palavra ao Deputado Armando Vieira que fez uma mistura de réplica e de protesto e depois fez uma saudação.

Dei a palavra ao deputado Granjeia porque quis pedir esclarecimentos ao orador antecedente - o que fez.

Quando eu falo “sopa de pedra” é uma expressão popular: significa que à pala ou a pretexto de qualquer coisa se fala doutra ou de outras coisas. Não é menosprezar ninguém.”

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

B

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, a noite vai longa, metade do orçamento para esta Assembleia já se foi, e o que foi dito foi nada! Efectivamente a Oposição, com a excepção do Partido Comunista Português, não estuda os dossiers e depois a grande maioria vem para aqui única e simplesmente fazer discursos eloquentes para se ouvirem a si próprios.

De qualquer maneira, a bancada do PP falou dos débitos da Câmara. Aliás como é costume, dá a impressão que é uma bancada licenciada em economia, reclamando que até hoje baixou pouco os seus débitos e as suas dívidas, mas logo a seguir diz que a Câmara tem feito coisas no interesse das populações e esqueceram-se das dívidas que o Estado tem para com os municípios e particularmente com o de Aveiro.

Esqueceram-se também de dizer que muitas dessas dívidas são feitas por a Câmara de Aveiro ter de substituir-se ao Governo em obras de que depende a vida de milhares de pessoas — é o caso da ponte do Outeiro.

Como vêem o Senhor Salavessa estuda os dossiers e preocupa-se efectivamente com toda a vida dos aveirenses (coisa que não se passa com o resto da oposição) e fico feliz por isso. Fico contente. É uma pessoa que tem que ser respeitada e considerada pelas suas preocupações.

Depois há outra situação. É que efectivamente o Governo teve vantagem em relação à Câmara. É o caso neste momento que para suprir todos os problemas que eles arranjam, vão buscar o dinheiro dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (e eu sou empregado da Caixa Geral de Depósitos ainda no activo embora tenha cara de reformado) e acontece que a Câmara não tem essa possibilidade. Depois há outra situação (ouvem-se vozes do plenário)...eu não vou continuar Senhor Presidente. Não vale a pena estar a gastar mais dinheiro aos aveirenses.

Depois temos o Senhor Armando Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha), que se diz rural, portanto saloio, mas não quer ser bacoco!? Assume que é rural e na minha interpretação um rural é um saloio, mas diz que não quer ser bacoco. Acho que sim! Não deve nem tão pouco se pode considerar que o Senhor Armando Vieira seja um bacoco. Como Socialista que sou, quero agradecer em meu nome pessoal as felicitações que o Senhor Armando Vieira endereçou ao Partido Socialista, embora me cheire a cumprimentos de carpideira. Isto é uma brincadeira, mas é aquilo que eu penso. (ouve-se de novo vozes)

Efectivamente e estou muito preocupado com isso. O Armando Vieira vai-me arruinar a minha carreira política. Eu estou com intenções de me candidatar à Câmara. Aliás, com esta Oposição qualquer pessoa se pode candidatar à Câmara que não tem problema nenhum, mas tenho alguma preocupação com aquilo que o Senhor Armando Vieira vai dizer — a minha carreira política vai por água abaixo e com certeza o Partido Socialista é capaz de me tirar todas as funções que eu tenho desempenhado a nível nacional e a nível de outras instituições.

Depois, a lamentar também, que no PSD (que não segue o exemplo do Partido Socialista) se andem a gladiar uns aos outros, se andem a comer uns aos outros, se andem a censurar uns aos outros. Como eu disse e disse para ficar escrito em acta, este Governo tem os dias contados.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Em primeiro lugar sobre a situação financeira da Câmara. Para registar com agrado o reconhecimento feito pelo deputado Salavessa de que de facto a situação evoluiu favoravelmente. Não aconteceu, como disse o Sr. Eng. Granjeira, a situação não está

apenas estável — está melhor. E chamava a atenção de todos, que nós reduzimos neste trimestre cerca de três milhões de euros o montante da dívida na Câmara Municipal de Aveiro. E para quem leu os documentos, convém reparar também que os Serviços Municipalizados acompanharam este esforço e há também uma redução muito significativa de um milhão e duzentos mil euros neste trimestre. E portanto há bons sinais (como gosta de dizer o nosso Governo) que a situação está a melhorar e isso enfim, é obviamente um motivo de estímulo e de satisfação. Penso que dobrámos o “cabo” que sabíamos que íamos dobrar, depois dos grandes investimentos e em particular do Estádio que nos provocou aqui muitas dificuldades. Penso que há condições para a situação continuar a evoluir favoravelmente até ao fim do ano. E o aumento que foi aqui comentado pelo Senhor Deputado João Carlos Valente das despesas correntes, não se deveu obviamente ao recrutamento maciço de pessoal. Deveu-se ao reflexo de encargos financeiros no âmbito das despesas correntes.

Todos sabemos que estamos agora a começar a pagar os encargos dos empréstimos contraídos para fazer face às obras do EURO e esses encargos financeiros reflectem-se agora nas despesas correntes. Mesmo assim a situação pôde evoluir favoravelmente e tenho razões para crer que vai continuar a evoluir melhor ainda nos próximos tempos.

É claro que não podemos usar a nossa capacidade de endividamento, Senhor Deputado Carlos Valente – e não podemos porque o Governo não deixa. Como se recordará e eu percebo que tenha feito a observação, porque o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios que é do PSD, Presidente da Câmara de Viseu. E todos os autarcas do PSD têm reclamado muito a este Governo que liberalize de novo a capacidade de endividamento dos municípios. A de Aveiro é ainda muito boa e certamente que se tivéssemos essa possibilidade legal estaríamos agora com menos dificuldades.

Novas taxas!?! Não, não são novas taxas. Nós vamos ter oportunidade de referir isto no ponto próprio, mas não são novas taxas. É um montante de taxas que tínhamos no ano passado, é o montante de taxas que municípios como Águeda, Albergaria-a-Velha, Espinho, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Braga, Guimarães, Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Faro, por aí fora. São as taxas que todos os municípios de dimensão equivalente, inferior ou superior à nossa, estão a adoptar e que são recomendadas pela Associação Nacional de Municípios. Não há nenhum aumento de taxas. O que está a haver é de facto o aumento do custo dos transportes e por aí fora, decorrentes da situação económica do país não ser muito boa, o que também não nos facilita a nossa gestão designadamente no sector dos Serviços Municipalizados e do sector dos Transportes. E portanto há boas razões para estarmos razoavelmente satisfeitos e tanto mais quanto é certo que fomos aqui acusados de fazer aquilo que não devíamos e é verdade! Nós de facto como bem lembrou o Senhor Deputado Terra Sêca, estamos a fazer obras neste contexto difícil, que eram da exclusiva competência do Governo. Porque o Governo se alijou das suas responsabilidades, eximiu-se ao seu cumprimento, e a Câmara em benefício e assumindo as suas responsabilidades políticas perante as populações, achou que tinha que avançar com essas obras.

Era impensável que a ponte do Outeiro não se fizesse e que a população ficasse sem acesso aos campos agrícolas. Olhe, outra obra que também estamos a fazer e que também não é da nossa competência directa e que arrancámos, era a obra da Unidade de Saúde sem que isso estivesse garantido. Quisemos fazê-lo para que não se atrasasse mais, mas vale a pena fazê-lo. A Câmara acha que de vez em quando é preciso suprir estes impasses do Estado, confia que o Estado é pessoa de bem, pessoa de boa-fé, e que acabará por financiar estas obras como esperamos que aconteça dentro em breve.

Sobre a carta escolar. Eu queria dizer ao Senhor Deputado Salavessa, e a todos, que por Lei a carta escolar já teria que estar consertada, avaliada, aprovada por esta Assembleia e

por todos os agentes que interferem no processo educativo. Mas não apenas por Lei, porque nós achamos que tem que ser assim mesmo. Achamos que é um documento de planeamento muitíssimo importante que vai marcar pelo menos as próximas duas décadas em Aveiro e que deve ser suficientemente amadurecido, não deve sair apenas do gabinete dos nossos técnicos e da nossa percepção da evolução da demografia e das tendências que se verificam no terreno, mas é um documento que terá que ser consensualizado e que eu espero que todos tenhamos um grande desprendimento das pressões muitas que vamos sentir ao nível das freguesias, ao nível das relações de proximidade com os moradores, ao nível do que são tradições muito antigas. Temos que conseguir esse distanciamento para saber o que é de facto o melhor para o nosso concelho e ao pouco vai-se consolidando a ideia que melhor para o parque escolar de Aveiro é de facto nós apostarmos em centros escolares integrados sempre que isso for possível. Que concentrem um conjunto de valências e, portanto, otimizando os recursos públicos. Estou a pensar em refeitórios, polidesportivos, actividades de expressão dramática, outras, salas para deficientes, todo um conjunto de especialidades que se não estiverem concentradas dificultam o acesso das crianças a essas oportunidades e que hoje em dia com os meios de mobilidade acrescida, de facilidade que felizmente existe de deslocação das crianças a um, dois, cinco, sete quilómetros, hoje em dia isso já não é tão dramático como era há quarenta, há cinquenta anos, em que os pais não tinham meios de transporte ou em que não existia transportes públicos, mas vai permitir construir estes centros integrados, desactivando algumas escolas que realmente não estão à altura da exigência, da qualidade e da obrigação que nós temos de dotarmos a nossa comunidade de um parque escolar de excelência. Depois, claro que isso não é suficiente, não basta ter instalações de luxo, é mais importante como penso que estamos todos de acordo, termos professores de luxo, professores empenhados. Às vezes não precisam de ser extraordinários basta que sejam dedicados, empenhados (e pais de luxo) e todos nós autarcas temos a responsabilidade de fazer o melhor pela educação no quadro das nossas competências — é esse o caminho. Eu acho que os próximos três anos (já o disse publicamente) Aveiro tem que encontrar cinco milhões de euros para renovar o seu parque escolar — e estamos muito empenhados nesse programa que é um programa absolutamente vital para o nosso futuro. Como dizia alguém (alguns vão reconhecer) é preciso mudar o que faz mudar. E o que faz mudar Portugal é sem dúvida a educação e a educação a partir do ensino pré-escolar. Essa é uma aposta estratégica que Aveiro tem que abraçar. Bem, e isto só concluindo, é evidente que temos este programa que é um programa ambicioso. Tem que ser articulado com a necessidade de efectuar reparações pontuais, urgentes, rotineiras — não podem deixar de ser feitas. Nós se temos uma sala que não tem aquecimento, temos que colocar lá o aquecimento mesmo se essa escola nessa programação que está a ser feita tiver que ser desactivada. Há um conjunto de intervenções que nos obrigam a fazer alguma despesa pontual e que também tornam que essa decisão sobre o parque escolar seja cada vez mais urgente.

Sobre as Empresas Municipais. Eu gostava de distinguir aqui as intervenções que foram feitas — penso que misturaram tudo! Eu queria dar aí a mão à palmatória. Acho que a informação que vem a esta câmara pode ser mais elucidativa, mais interpretativa dos números, mais política nesse sentido de acompanharmos a política das empresas e isso talvez não tenha que ser feito de três em três meses — se calhar de seis em seis meses. Vamos fazer esse esforço.

Mas gostava aqui de distinguir entre aquilo que são as empresas participadas e aquilo que são as empresas municipais. As empresas e as associações naturalmente, mas nas empresas participadas a câmara tem uma participação accionista muito minoritária e, portanto, a nossa responsabilidade na condução dos processos e na condução da gestão da empresa é diminuta. É público o que essas empresas tem vindo a fazer. Talvez se possa fazer aí uma

síntese e estou a pensar designadamente na SIMRIA e na ERSUC. Em relação às empresas em que somos maioritários, em que temos até 100% de capital, são também conhecidas as actividades em que têm estado envolvidas. No caso do PDA, está a terminar agora o prazo para a entrega das propostas relativamente à abertura de capital que foi aprovada por esta Assembleia — portanto devemos ter notícias dentro em breve. No caso da EMA estão absolutamente estabilizadas e pacificadas as reuniões com o Beira-mar e temos bons motivos para crer que vai ser uma parceria frutuosa nos próximos tempos.

De resto, afastem por favor esse fantasma de que como o Dr. Nascimento quis brandir de que a Câmara nomeia os “boys” para as empresas municipais. Isso deve ter sido por causa de ter ouvido a notícia na televisão hoje, em que realmente foi possível detectar uma área em que o Governo de Santana Lopes é muito mais rápido e eficiente do que o Governo do Senhor Dr. Durão Barroso. Designou em dois meses quase tantos assessores e “boys” como se diz, do que o Governo do Dr. Durão Barroso em dois anos e, portanto, realmente deve ter sido por isso que se lembrou.

Todos sabem que a Câmara tem sido especialmente espartana na designação de administradores. Nós temos dois administradores designados e não faço mais comentários sobre esta matéria porque é uma área em que estamos particularmente à vontade. Temos tido muito cuidado e muita contenção nesta área.

Finalmente, sobre o acesso ao IP5 no âmbito da Polis. Eu já tive aqui ocasião de explicar: nós não desistimos. Acho que a Câmara e o município não pode desistir desta pretensão. Ela é absolutamente fundamental e penso que o bom-senso acabará por prevalecer junto do Instituto de Estradas de Portugal. E deixe-me contestá-lo Senhor Armando Vieira em relação àquilo que referiu (que é um discurso recorrente, com toda a simpatia), mas que também é recorrentemente, injusto, porque designadamente em matéria de animação cultural... o problema é que o Senhor Armando Vieira como sabe agora está muitas vezes em Lisboa no âmbito das altíssimas funções que representa, que desempenha, e não presencia a enormíssima animação cultural das freguesias que é desenvolvida através dos programas culturais da Câmara. Não está cá — começa a ficar muito urbano e depois não acompanha o que de bom se tem feito nessa área em todas as freguesias!

E espero, todos esperamos (penso eu), que esta nova lei de rendas possa de facto contribuir para responder a uma das preocupações que o Senhor Armando Vieira também expressou aqui, de que o nosso património edificado, o nosso parque habitacional edificado, possa ser rapidamente recuperado.

De resto eu só gostava de dizer sobre a notícia da LUSOS CUT e da entrega da estrada Aveiro/Águeda à LUSOS CUT. Eu não conhecia essa notícia. É uma hipótese de trabalho que eu próprio tinha conversado com o Senhor Ministro Marques Mendes até antes. O problema das portagens não existia na altura como imagina e, portanto, essa é uma questão nova — vou ver que notícia.

Finalmente, gostava de lembrar a propósito, também, da comunicação dos Serviços Municipalizados, porque tem sido feito um esforço muito grande em matéria de investimento no saneamento que tantas vezes passa despercebido e vale a pena repetir, relembrar, o que aqui vem elencado. Neste trimestre foi feita a avaliação das diferentes obras de tratamento e expansão da rede de esgotos domésticos e nós temos a rede de saneamento da zona industrial norte da Quinta do Simão com execução física a 68%; temos a rede de saneamento de Sarrazola e Vilarinho com execução física a 100% e execução financeira a 98%; O saneamento do Bonsucesso/Agras/Verdemilho com execução física a 100% e execução financeira a 100%; O saneamento da Póvoa do Paço e do Paço com execução física a 99,70% e execução financeira a 96%; O sistema de saneamento da Freguesia de Nariz executado a 100% e com execução financeira a 73%; A empreitada de saneamento da Nossa Senhora de Fátima executada a 100% e execução financeira a 81%;

e o que começou por último por razões geográficas, Eirol e Requeixo, executado a 67,92% execução financeira a 53,73%.

Isto são números (não vou obviamente dizer tudo) de que nos orgulhamos muito. Que ajudam a explicar para onde tem ido os dinheiros públicos. Não apenas para obras e equipamentos de grande visibilidade, mas para este tipo de obras que causam incómodos, transtornos, buracos nas estradas, mas que põem o município de Aveiro na linha da frente dos municípios com a melhor rede de saneamento do país — com excepção do caso de Oliveirinha que eu estou certo o Senhor Armando Vieira, comigo e com todos os que nos puderem ajudar nisto, vai ajudar-nos a arrancar este financiamento onde sabemos que ele existe, para que o Concelho de Aveiro fique com 100% da sua população servida pela rede de saneamento.”

Membros da Assembleia

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu realmente não fico muito incomodado com as intervenções do Senhor Terra Sêca, mas de facto é injusto dizer que não se estuda nada e vêm-se para aqui mandar uns “bitaites” e de facto é lamentável, porque quem não estuda nada é ele mesmo!? Porque eu não disse que a Câmara devia mais ou menos. Eu disse que tinha estabilizado. É verdade, é praticamente verdade – e para lhe dizer que eu pelo menos tenho a honestidade de ver e comparar sempre os mesmos números e não umas vezes uns e outras vezes outros.

De facto a Câmara baixou um milhão e duzentos mil euros na dívida, como o Senhor Presidente da Câmara gosta de apresentar, que é com a dívida total menos o dinheiro que o Estado lhe deve.

Eu não escondo nada e vê que eu sei os números — não sei se já percebeu? Mas também é importante perceber que desde há um ano para cá o Estado pagou quatro milhões oitocentos e catorze novecentos e oitenta e cinco vírgula dezassete euros. E no último trimestre pagou um milhão quinhentos e quarenta e seis setecentos e trinta e dois vírgula noventa e um. Portanto, a diferença está aqui.

E eu não disse e nem tenho nenhum prazer em aborrecer a Câmara todas as semanas ou todos os meses em não sei quantos artigos de jornais a dizer que a Câmara deve a este, àquele, e aqueloutro. Não tenho nenhum prazer — pelo contrário, é triste. Eu até acho que as empresas que pagam a pronto deviam ser beneficiadas neste país — portanto mude o discurso.

E depois, tem a infelicidade, como muito bem lembrou o Senhor Salavessa no aparte que fez em relação à ACASA. O Presidente que o Senhor sustenta não se digna sequer a responder aos requerimentos que nós fazemos a perguntar estas coisas!? Não responde por escrito como é obrigação de lei. Ou pelo menos, quer dizer, não é obrigação de lei porque acho que não tem nenhuma penalidade por isso. A lei está mal feita.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Como fui citado, acho que tenho o direito de referir com toda a tranquilidade as palavras ali do meu amigo Terra Sêca e dizer-lhes que os Senhores têm que ficar preocupados, nomeadamente o Senhor Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista, porque os elogios do Deputado Terra Sêca ao Deputado Salavessa preconizam que no âmbito da derrota estrondosa do Manuel Alegre, enfim, o Jerónimo Sousa vai ter mais um apoiante em Aveiro e com certeza que vai transferir-se o meu amigo Terra Sêca para o PCP.

E se calhar faz bem, porque se há cultura que o PCP tem (e ele citou e bem), é de estudar os assuntos e talvez ele então também passe a estudar os assuntos — coisa que não fez no âmbito da sua profissão, que como nós sabemos é um sindicalista e trouxe para aqui uma vez mais (esqueceu-se, enganou-se) na pasta que trouxe para aqui, trouxe o mesmo discurso de há dias. Aquele que já tem vinte cinco anos. É lamentável, mas é verdade! Quanto às ofensas de me chamar rural. Não me ofende absolutamente nada. Eu sou rural com muita honra. Ele pensava que me ofendia ou que me apoucava! Um rural com muita honra, aliás pena é que não tenhamos algumas infra-estruturas, mas é o meu entendimento que na aldeia também se tem qualidade de vida e se pode viver tão bem como nos melhores centros. Portanto o saloio não se aplica aqui. Se o saloio é uma pretensão ofensiva não me ofende absolutamente nada — que ele sabe que eu não me revejo nessa situação. Saloio não!

Os cumprimentos de carpideira mesmo a brincar, não se dizem. Porque são institucionalmente devidos, sentidos, e a meu ver correctos da minha parte e desta bancada. Não foi o Armando Vieira que falou foi a bancada do PSD e isso, essa referência, mesmo dizendo que é a brincar. Nós não vimos aqui para brincar — é uma ofensa à bancada do PSD, não é ao Armando Vieira. E o Partido Socialista deve pedir desculpa à bancada do PSD por essa saída infeliz do Deputado Orlando Terra Sêca. Ofendeu-nos, porque nós estamos habituados no âmbito das instituições em que participamos a trabalhar com gente de todos os Partidos, na melhor das harmonias, dentro da diversidade de ideias e princípios e eu respeito toda a gente como as pessoas que me conhecem sabem e não aceito que a minha bancada seja ofendida desta maneira por um militante do PS. E portanto, eu gostaria que o Partido Socialista viesse à liça defendendo a honra da sua bancada e respeitando o nosso cumprimento e obviamente pedindo desculpa à bancada do PSD que é devida do meu ponto de vista.

A capacidade do endividamento da Câmara de Aveiro, aquela falácia que nós falávamos há bocado teoricamente é assim. É o que está na lei. Mas o que é facto é que na prática o que se verifica é que a Câmara não tem capacidade para solver os seus compromissos correntes com as suas receitas correntes. E o ponto de vista que o Deputado Granjeira falava e que há bocado o João Carlos também abordou, é que efectivamente os números falam por si. Há uma redução numérica do passivo, mas o passivo líquido não diminuiu e a proporcionalidade daquilo que foi amortizado pelo Governo à Câmara de Aveiro não está reflectida, não teve a mesma proporção no que respeita à amortização das dívidas da Câmara de Aveiro, o que acaba por economicamente e financeiramente colocar-se numa situação que a meu ver é do ponto de vista do cumprimento das obrigações pior que antes. E eu lamento, sou o primeiro a lamentar, porque as Juntas de Freguesia também estão a ser vítimas desta situação.

As Juntas de Freguesia estão numa situação incomparável nestes vinte e oito anos do Poder Local (e daquilo que eu conheço de autarca de freguesia) nunca tivemos uma situação igual. Não temos capacidade para cumprir com as nossas obrigações correntes para com os nossos trabalhadores sequer. É muito grave esta situação e é preciso — e eu peço aqui ao Senhor Vice-presidente que está aqui à minha frente, que uma vez mais tome em atenção, eu penso que os meus colegas não me desautorizarão se eu disser que na lista de compromissos inadiáveis mensais do município de Aveiro, sabendo todos nós que não é possível pagar tudo o que se deve, mas nessa lista dos inadiáveis as Juntas de Freguesia têm que lá estar.

É uma obrigação incontornável que tem que ser mantida sobre pena - não vamos aqui fazer polémica à volta disto, Senhor Presidente eu já termino, porque se eu fosse abrir o livro teria muitas coisas para dizer e eu prezo demasiado a imagem do meu município, dos autarcas do município de Aveiro, a quem respeito pessoal e institucionalmente, mas

obviamente de quem discordo sobre a péssima gestão que tem sido feita neste município e dos objectivos e das prioridades estratégicas deste município, que nos não-de comprometer para o futuro.

Dizia ontem o candidato do Partido Socialista na Madeira, que o Alberto João Jardim criminosamente tinha comprometido a Madeira e as gerações futuras por vinte anos. A obra está lá, mas se as dívidas são para os outros pagarem poderá ter alguma razão. Mas eu se calhar uso as palavras dele para dizer aqui a mesma coisa neste município, infelizmente, que é o nosso.”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ouvi atentamente o Senhor Armando Vieira. O Senhor Armando Vieira sentiu-se ofendido como chefe ou como líder da bancada do PSD, suponho e eu. Quero dizer que mencionei bem que é em meu nome pessoal, que ia agradecer os cumprimentos de carpideira. Portanto o Partido Socialista, na minha opinião, embora o Senhor falasse com ar muito sério e eu estou-me a rir por dentro (não acredito que tenha levado isso a sério), não tem nada a ver com aquilo que eu digo. E eu sempre disse e digo aqui e repito, que aquilo que digo assumo Senhor Armando Vieira. Aquilo que digo assumo. E no meu Partido até hoje não tem havido mordanças como eu vejo no PSD. Portanto, eu disse aquilo em tom de brincadeira, mencionei-o bem e o Senhor repetiu. O Partido Socialista não tem que pedir desculpas nem tão pouco eu peço.”

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhores Deputados não se preocupem muito com a capacidade de endividamento dos 22% — nós já demonstrámos várias vezes aqui o absurdo deste índice.

É que o Senhor Presidente, uma das vezes respondeu “mas porque é que não alteram a lei”. Eu faço ricochete e digo: porque é que a maioria parlamentar não usa a maioria de que dispõe e a capacidade governativa para alterar a lei?

Os Senhores Deputados podem escrever o seguinte, porque é verdade: este ano a Câmara Municipal não vai fazer grandes empréstimos, não vai contrair grandes empréstimos. Não pode, está limitada por lei e este ano até vai pagar alguma coisa que está atrasada. O que é que vai acontecer à capacidade de endividamento para o ano que vem? A capacidade vai diminuir, vai diminuir! Enquanto que agora está a 22% para o ano estará a quarenta e tal por cento, porquê? Porque o investimento este ano é claramente inferior ao investimento do ano passado que foi marcado pelo Estádio. Nós estamos nesta altura do ano com despesas de capital no município de quinze milhões de euros, quando o ano passado por esta altura as despesas de capital eram de quarenta e um milhões de euros! É um terço das despesas de investimento face ao ano passado. Portanto esta quebra nas despesas de investimento, como é o índice para o cálculo da capacidade de endividamento, vão provocar paradoxalmente uma diminuição da capacidade de endividamento da Câmara.

Já sabemos que as dívidas e a capacidade real de endividamento não têm nada a ver com a capacidade legal de endividamento, ponto final.

O que o Senhor Presidente dentro deste quadro não referiu, foi a questão dos processos judiciais! Se o não referiu significa que considera que é uma situação normal, que não merece comentários, está tudo dito! Se não o referiu por omissão ainda está a tempo de o poder fazer.

Já agora, de facto, o Deputado Terra Sêca neste particular perdeu uma oportunidade para ser um bocadinho mais rigoroso. Dentro do quadro da diminuição que eu referi e sublinhei

há um item em que aumentou a dívida do município, e esse item é as dívidas, as despesas com pessoal!? Portanto, no que diz respeito às despesas com pessoal, as dívidas passaram de oitocentos e noventa e seis mil euros para novecentos e trinta e sete mil euros. Portanto a ACASA e outros que tais, tem mais a haver da Câmara do que tinham antes — o que é um mau indicador.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Presidente da Mesa

“Está terminado este Ponto da Ordem de trabalhos. Havia, como estarão recordados (foi na primeira reunião desta Sessão) apresentada uma moção pelo Raúl Martins (e com uma outra assinatura que eu não sei ler), que era: «Assembleia Municipal de Aveiro repudia a intenção de introduzir portagens na A25 (IP5)» Este texto foi admitido pela Mesa, mas entendemos que não cabia na alínea b) do número 1 do artigo 18.º do Regimento e que deveria ser remetido para o Ponto 5 do Artigo 19.º do mesmo Regimento, que diz: «A discussão e votação de propostas não constantes na Ordem do Dia das reuniões ordinárias, depende da deliberação tomada por, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros, que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto». Estou só a levantar o assunto que não estou esquecido, mas como não está o Deputado Raúl Martins e ainda vamos ter mais sessões vou remeter isto lá mais para diante. É uma explicação.”

PONTO 2. – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A “COMISSÃO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO” (CFR. LEI N.º 12/2004, DE 30 DE MARÇO).

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“Este Ponto já esteve agendado, depois para não fazermos uma sessão só com isto foi adiado. Foi repescado para esta sessão. E portanto, eu convido, se houver já propostas de candidatos a este lugar eu peço que cheguem à Mesa. Se não houver, vou suspender a sessão por cinco minutos para os líderes dos grupos parlamentares conferenciarem e decidirem. Pergunto então, há candidatos?”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, eu gostava de fazer uma intervenção sobre esta eleição.”

Presidente da Mesa

“Eleição é eleição e portanto o primeiro problema é saber se há candidatos. Não quer dizer que não possa haver considerando que interessem nomeadamente à apresentação ou não apresentação de candidatos. Mas admitindo que a sua pretensão de intervir tenha alguma coisa a ver com nomeadamente circulares da Associação Nacional de Municípios...”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A situação é a seguinte: eu como representante da Junta de Freguesia da Vera Cruz, naturalmente que isto é uma lei e esta lei é feita pela Assembleia da República. Mais uma

vez eu queria chamar aqui à atenção que quando fizeram esta lei foi ouvido o Presidente da Associação Nacional de Municípios. E não percebo, porque não foi também ouvido o Presidente da ANAFRE, que por acaso está aqui presente? E o que eu queria dizer era o seguinte: eu, Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, não votarei em sinal de protesto. Não tem nada a ver com a pessoa que vai ser eleita, mas não votarei numa atitude de protesto porque acho que devia estar aqui nesta comissão quando fosse discutido a situação dos estabelecimentos de comércio em cada Freguesia, devia estar representado por um Presidente de Junta de Freguesia — e que mais uma vez foram postos de lado numa situação... E acho que os Presidentes de Junta, principalmente o Presidente da Junta de Oliveirinha, que é Presidente da Assembleia da ANAFRE, devia dizer alguma coisa sobre isto. Isto é uma situação de solidariedade com os Presidentes de Junta que mais uma vez (principalmente para a Assembleia da Republica) foram postos de lado.”

Presidente da Mesa

“Eu devo dizer já agora o seguinte: recebi em dois momentos diferentes textos críticos e de rejeição a esta lei. Textos esses, que fiz chegar aos representantes das bancadas, como faço sempre quando é coisa com alguma relevância, que são críticos desta lei não na sua génese mas do seu conteúdo, que será subalternizante dos autarcas, mais até dos autarcas da Câmara do que dos autarcas das Freguesias.

Eu li a lei e também mandei cópia se bem me lembro aos representantes dos grupos (penso que sim), li a lei e a lei não é famosa e é uma lei esdrúxula, porque esta Comissão afinal funciona em Coimbra e é presidida literalmente pelo Presidente da Câmara do concelho respectivo, do município em questão, mas quem manda e desmanda, quem convoca e desconvoca é o Director dos Serviços de Economia Regionais. Estou a citar de cor, mas entendem-me. É realmente uma lei empenada — e a lei está em vigor. Ninguém conte comigo para fazer resistência passiva e boicote a uma lei que está em vigor. Nem sei qual foi o resultado da votação, não sei o Partido a que pertence se votou a favor se votou contra, o certo é que esta lei foi aprovada. Portanto esta lei está em vigor e até ser alterada tem que ser cumprida e, portanto, vamos ter que eleger um representante. Depois se vai ou não vai, se faz um grande escarcéu (permita-se o termo) nas reuniões, se boicotam lá, isso é outro assunto.

Se o próprio Presidente da Câmara vai ou não vai às reuniões é um problema dele e o seu comportamento nas reuniões. Eu tenho que cumprir a eleição de um representante da Assembleia Municipal e vou fazer isso. Até porque enquanto não for eleito esse representante quem é o representante de Aveiro sou eu próprio, Presidente da Assembleia Municipal. Bem... e é diferente. Já houve duas reuniões, uma em que me fiz substituir, o meu substituto legal foi o Primeiro Secretário não foi, não lhe pedi satisfações porque é que não foi, e à outra eu não fui porque não pude ir. Porque não pude ir e não ia fazer uma nova substituição.

Bem peço-vos então que indiquem um representante deste município para este órgão com esta informação: se não aparecer candidato, eu próprio sou candidato. Porque nessa altura quando faltar falto em meu nome. Eu tenho as costas largas e sei quando devo comparecer e faltar. Quando eu falto em termos de inerência de funções não tenho, é um abuso, porque estou lá em representação de todos vós e não posso estar a faltar ou a fazer isto ou aquilo sem ter mandato, sem ter conselhos sobre isso.”

(Saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a fim de que os líderes dos grupos municipais apresentassem as propostas dos candidatos.

Retomados os trabalhos, não se verificou a entrada de qualquer proposta à Mesa por parte dos líderes dos grupos municipais, pelo que o Presidente da Assembleia manteve a sua candidatura.

Na continuidade dos trabalhos, procedeu-se à eleição para representante da Assembleia Municipal para a “Comissão municipal para a concessão das autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio” (cfr. Lei n.º 12/2004, de 30 de Março), tendo dado entrada uma única candidatura, subscrita pelo Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que a Mesa aceitou e registou.

Efectuada a votação por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:

Deram entrada na urna 33 votos:

Votos a Favor: - 30

Votos Brancos: - 3

Concluído o processo foi declarado eleito o vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

(Reentrou na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 12 de Outubro (3.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 07 de Outubro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)